

“Se Vira nos Trinta” da Transição Municipal

Guilherme Rezende¹

O quadro do programa dominical do apresentador Fausto Silva dá 30 segundos para que os artistas possam mostrar suas habilidades e aquele que mais conseguir chamar a atenção da plateia vence a competição. Os novos ocupantes das 645 prefeituras paulistas poderão estar submetidos a um cenário semelhante, depois da desejada vitória nas eleições de 2020.

Em função da pandemia do novo coronavírus e as alterações da Emenda Constitucional 107/2020, que altera a data das eleições e demais prazos, ocorreu uma significativa e necessária alteração no cronograma geral e nas datas das eleições municipais deste ano.

O primeiro turno das eleições municipais ficou agendado para o dia 15 de novembro e, naquelas localidades em que há possibilidade de segundo turno (cidades com mais de 200 mil eleitores), está marcado para o dia 29 de novembro, pouco mais de 30 dias da posse do novo/a prefeito/a.

Dessa forma, os novos ocupantes das prefeituras municipais vão dispor de pouco tempo para assimilar dados, informações e conhecimentos da administração municipal; assumir o Executivo municipal; e implementar o plano de governo pactuado com a população e devidamente protocolado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Considerando o curto espaço de tempo reservado para a transição de governo, somada com todas as obrigações posteriores ao fim do período eleitoral e também toda a rotina de “fechamento de ano” de uma prefeitura, é indicado promover ações que proporcionem o rápido início dos trabalhos da equipe de transição.

Por parte da administração, é recomendado organizar dados e informações de interesse coletivo; separar locais e infraestrutura que possam abrigar os trabalhos; e pré-selecionar servidores para subsidiar o processo. Da parte do candidato eleito, cumpre destacar pessoas de sua equipe para liderar e induzir o processo, antecipando também questionamentos e esclarecimentos necessários acerca das atividades do Executivo municipal.

¹ Graduado em Administração Pública pela Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) e mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP). Consultor de gestão pública e relações governamentais com experiência em tecnologia de informação aplicada à gestão pública, assessoria parlamentar, pesquisas aplicadas e campanhas eleitorais.

A “passagem ordenada do poder”, característica das democracias consolidadas, não é prática recorrente e aperfeiçoada nos municípios do país, visto que a rivalidade entre grupos políticos invade a administração pública e convive com outras más práticas já destacadas por pensadores brasileiros, como o patrimonialismo, clientelismo e coronelismo.

No atual contexto de graves crises sanitária, econômica e das contas públicas, os novos chefes dos Executivos municipais terão árdua tarefa para cumprir promessas e planos de governo e, ainda, um curtíssimo tempo para ambientar-se à máquina pública e compreender a realidade do orçamento municipal e dos desafios colocados às novas gestões locais.

Para efeitos de exemplificação, o pagamento dos servidores; décimo terceiro salário; fornecedores; contratos; convênios; e obras, são alguns pontos de atenção para os novos gestores, que também estão submetidos a contextos singulares em relação à pandemia, contas e problemas públicos.

Para o gestor que está finalizando sua administração, a Transição de Governo é uma oportunidade de documentar e publicizar o legado de sua gestão, acautelando-se de eventuais distorções acerca da realidade municipal. Para a nova gestão, trata-se de uma oportunidade única em antecipar-se no conhecimento dos principais problemas, eventos e das rotinas da gestão que em breve se iniciará.

Assim sendo, é mais do que necessário que candidatos, servidores públicos, Tribunais de Contas e o Ministério Público busquem se organizar para o melhor aproveitamento desse curto espaço de tempo entre duas gestões, tendo como objetivo evitar a interrupção de serviços essenciais; falta de insumos; e descontinuidade de políticas públicas, ainda mais fundamentais no atual contexto.

Nesse sentido é que se faz indispensável o aprimoramento de políticas públicas baseadas em evidências e o desenvolvimento de gestões municipais embasadas em princípios da técnica e eficiência. Nesse horizonte é que a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo busca subsidiar as prefeituras com iniciativas como o curso que fará sobre Transição de Governo, que se inicia em 30/11/2020 na Plataforma [Municípios em Rede](#), e também com o programa [Parcerias Municipais](#).